

PONTIFICIA UNIVERSITAS GREGORIANA
INSTITUTUM SCIENTIARUM SOCIALIUM

AS EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERREGIONAIS NO DESENVOL-
VIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA (1950-1969)

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO 'INSTITUTO DE
SCIENZE SOCIALI' DA UNIVERSIDADE GREGORIANA DE
ROMA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOU-
TOR EM ECONOMIA

POR
ARMIN RITZ

SALVADOR, BAHIA, BRASIL

NOVEMBRO, 1972



Agradecimentos

Beneficiado de uma bolsa de estudos da Universidade Federal da Bahia, escrevi entre agosto de 1971 e novembro de 1972 esta dissertação na jovem e entusiasta atmosfera da equipe do Programa de Estudos e Pesquisas Econômicas - Departamento de Economia Aplicada. Agradeço a Reitoria, a Direção da Faculdade de Ciências Econômicas e ao Programa de Estudos e Pesquisas Econômicas pela sua generosidade e colaboração.

Ao iniciar esse trabalho recebi valiosos conselhos e sugestões do Prof. Th. Mulder, diretor da tese e do Prof. P. Tufari da Universidade Gregoriana de Roma. Durante a elaboração do texto beneficiei-me de inúmeras informações e discussões críticas com professores e colegas do Programa de Estudos e Pesquisas Econômicas e da Faculdade de Ciências Econômicas. Estou particularmente endividado aos professores P. Brandão, C.G. Galvan, V. Gradin, A. Maia e F. Manolescu. A economista Sylvia Maia deu a mais preciosa ajuda no levantamento e processamento dos dados.

Evidentemente todos os erros e falhas remanescentes são inteiramente da minha responsabilidade.

A.R.

C O N T E U D O

página

INTRODUÇÃO

1

CAPÍTULO

1. Comércio e Desenvolvimento	2
1.1. Comércio internacional e comércio interregional	2
1.2. Desenvolvimento e teoria do comércio internacional	3
1.2.1. Clássicos e Neo-Clássicos	3
1.2.2. A Teoria dos efeitos retardatórios	5
1.3. Setor externo e crescimento regional	9
1.3.1. A Teoria da Base Econômica	9
1.3.2. Críticas da Base Econômica	11
1.3.3. Polarização interregional	14
2. Exportações e Formação Histórica da Economia Baiana	19
2.1. Ciclos de exportação	19
2.1.1. Auge e declínio do açúcar	19
2.1.2. As guerras napoleônicas	20
2.1.3. O surto do cacau	21
2.2. Sistema primário-exportador	22
2.2.1. Vários tipos de economias primário-exportadoras	22
2.2.2. O caso da Bahia	24
2.3. Desenvolvimento induzido	28
2.3.1. Insignificante nas atividades de exportação	28
2.3.2. Efêmero no setor manufatureiro	30
2.3.3. Declinante durante a primeira metade do século XX	31
3. Exportações e crescimento da renda (1950-1969)	33
3.1. A evolução da renda	33
3.2. O comportamento do setor externo	35
3.2.1. Alternativas de crescimento	35
3.2.2. O coeficiente global das exportações	35
3.2.3. Comparações interregionais	37
3.2.4. Exportações internacionais versus exportações interregionais	41

3.3. Transferências autônomas	46
3.3.1. O crescimento do setor terciário	46
3.3.2. A criação da SUDENE	51
3.4. A Base Econômica	51
4. Exportações internacionais	55
4.1. Causas de estagnação	55
4.2. Relações de troca	56
4.2.1. Tipos de relações de troca	56
4.2.2. Tendências e variações cíclicas na Bahia	57
4.3. Política comercial	61
4.3.1. A política da substituição das importações	61
4.3.2. Os efeitos sobre a economia baiana	64
4.3.3. A evolução recente	68
4.4. Composição das exportações	69
4.4.1. Um índice de dinamismo	69
4.4.2. Produtos da faixa declinante	71
4.4.3. Produtos da faixa dinâmica	74
4.4.4. Os principais mercados	76
5. Exportações interregionais	79
5.1. Aspectos Gerais	79
5.1.1. Gêneros alimentícios	80
5.1.2. Manufaturados	82
5.1.3. Materias-primas	86
5.1.4. O caso do petróleo	88
5.2. O crescimento industrial da Bahia e a teoria de Ohlin-Heckscher	91
5.2.1. O problema	91
5.2.2. Os indicadores	92
5.2.3. Os resultados	97
5.3. Distância e Mercados	100
5.3.1. A distribuição geográfica dos mercados interregionais	100
5.3.2. Relacionando distância e volume de mercados	101
6. Conclusões e Perspectivas	
6.1. A experiência do passado	107
6.2. Um modelo para o futuro	110
6.3. Uma interrogação final	114
<u>APÊNDICE</u>	117
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	147

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho procura analisar a contribuição das exportações baianas ao desenvolvimento econômico do Estado ¹⁾ durante o período 1950-1969. São consideradas tanto as exportações internacionais como as interregionais. O estudo se limita, todavia, aos fluxos de mercadorias, porque infelizmente não foi possível obter as informações necessárias para incluir os serviços.

Os dados de exportação foram diretamente levantados no Departamento Estadual de Estatística (DEE), enquanto para a renda utilizaram-se os dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicados na revista Conjuntura Econômica.

A exposição que se segue é dividida em 6 capítulos:

- o primeiro resume rapidamente as principais teorias sobre a função das exportações no processo de desenvolvimento;
- o segundo aborda as exportações na perspectiva da formação histórica da economia baiana;
- o terceiro examina o comportamento do setor externo na evolução da renda durante os últimos 20 anos;
- os capítulos quarto e quinto analisam, respectivamente, as exportações internacionais e interregionais;
- o último capítulo reúne conclusões e perspectivas.

1) Com 559.951 km² e 7.195.000 habitantes, o Estado da Bahia, um dos 22 da Federação Brasileira, representa três vezes a superfície e duas vezes a população do Uruguai. É o Estado mais meridional da região-plano sob responsabilidade da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste.

CAPÍTULO 1

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

1.1. Comércio internacional e comércio interregional

É um fato bem conhecido que a teoria do comércio internacional, mormente elaborada num quadro estático, é mal integrada na teoria do crescimento econômico, que enfatiza necessariamente os aspectos dinâmicos da realidade econômica ((8))¹⁾. Não se pretende aprofundar aqui esse argumento, mas como se trata da análise de uma economia regional, necessário se faz saber se a teoria do comércio internacional é relevante para o problema, em outras palavras, se existe uma diferença estrutural entre o comércio internacional e o comércio interregional. Para David Ricardo a diferença é efetivamente radical, porque segundo ele o mercado internacional é caracterizado por uma perfeita imobilidade dos fatores, enquanto no comércio interno esses são perfeitamente móveis. Por conseguinte, o mercado internacional é organizado segundo a lei dos custos relativos e o mercado interregional segundo a lei dos custos absolutos.

Acontece que com o desenvolvimento atual do sistema econômico internacional e dos meios de comunicação, a mobilidade dos fatores diferiram mais no tempo do que no espaço. Devido ao surgimento das grandes empresas multinacionais, boa parte da divisão internacional do trabalho é regulada na base dos custos absolutos. Por outro lado, não se pode excluir que entre regiões pouco integradas de uma economia desarticulada predominem custos relativos. Não se contesta naturalmente a existência de determinadas diferenças, decorrentes principalmente do fato de que em matéria de política monetária e comercial a região não é soberana. Mas por isso mesmo, o comércio interregi

1) Os números entre parentesis duplos referem-se à bibliografia mencionada no fim do trabalho.

onal aceita melhor os pressupostos básicos de livre comércio que se encontram na teoria tradicional da economia internacional. Portanto essas teorias fornecem certamente elementos interessantes sobre a função das exportações no crescimento econômico regional.

1.2. Desenvolvimento e teoria do comércio internacional

1.2.1. Clássicos e Neo-clássicos

Quando Marshall escreve nos 'Principles' ((4)): "As causas que determinam o progresso econômico das nações pertencem ao estudo do comércio internacional", ele lembra simplesmente o fato que a maior contribuição dos clássicos e neoclássicos à problemática do desenvolvimento econômico está na teoria do comércio internacional. De fato, já Adam Smith afirma que o fator determinante para o crescimento do produto social é a divisão social do trabalho que tem suas causas e limites na dimensão do mercado ou na "propensão do homem para comerciar". Aperfeiçoando essa idéia, Ricardo elaborou a versão clássica da teoria dos custos comparativos segundo a qual um país tende a especializar-se na produção de bens onde seus custos de oportunidade são relativamente mais baixos. Diferenças de custos de oportunidade são devidas ao custo real do trabalho que é igual ao inverso da sua produtividade média. Com isto Ricardo assume implicitamente diversas funções de produção nos vários países que participam do comércio internacional. De qualquer maneira, o livre comércio na base de custos comparativos conduz, para citar Mills ((26)), "a um emprego mais eficiente das forças produtivas do mundo".

Em oposição a Ricardo, Ohlin e Heckscher ((31)) supõem funções de produção idênticas no mundo inteiro. Os autores suecos explicam diferenças de custos comparativos por dois motivos principais: em primeiro lugar existe em cada país uma composição diferente de fatores produtivos, e em segundo lugar todo produto

exige na sua fabricação proporções distintas de cada fator produtivo. Para maximizar seu produto, um país deve portanto produzir de preferência aqueles bens que requeiram de maneira intensiva seus fatores abundantes. Em virtude dessa especialização, os preços relativos e absolutos ((35)) dos fatores abundantes aumentam, enquanto diminuem os preços dos fatores escassos. O comércio internacional representa, assim, um substituto para a mobilidade dos fatores. Ele não só traz consigo um aumento de renda, mas ao mesmo tempo tende a igualar a remuneração dos fatores e a eliminar espontaneamente as diferenças de renda entre os vários países.

Todavia, o funcionamento dessa lei está ligado a uma série de pressupostos, como o da estabilidade da demanda, da proporcionalidade constante dos fatores, do pleno emprego, da competição perfeita, da ausência de economias internas e externas, etc. Ora, é claro que uma economia em desenvolvimento não atende todas essas condições de um caráter altamente estático. Não obstante, seria um erro afirmar que os clássicos e neoclássicos negligenciaram completamente os aspectos dinâmicos do comércio internacional. Já J.S. Mill, depois de ter reelaborado os ganhos diretos do comércio internacional, chamou a atenção para uma série de efeitos indiretos que ele considera benefícios de "alta importância". Gottfried Haberler ((17)) resumiu esses efeitos indiretos em 4 pontos principais. Em primeiro lugar, o comércio internacional permite aos países em desenvolvimento importar determinados bens materiais indispensáveis, como equipamento, máquinas, matérias primas, que eles ainda não têm condições de produzir por si mesmos. Em segundo lugar, as relações internacionais abrem um caminho bastante fácil ao conhecimento do progresso tecnológico e suas aplicações práticas. Ilustrando a importância desse fator, Haberler lembra o caso do Japão, cuja expansão fenomenal seria em boa parte fruto do transplante rápido do "know how" ocidental. Com o comércio ex

terior estimula-se em terceiro lugar a entrada de capitais estrangeiros que aumentam a formação interna de capital, representando portanto uma possibilidade de sair dos ciclos viciosos da pobreza. Finalmente, o autor menciona o efeito benéfico que exerce a competição internacional sobre o sistema produtivo interno, impedindo a formação de monopólios e outras formas ineficientes de produção e distribuição.

1.2.2. A Teoria dos Efeitos Retardatórios

A experiência dos últimos 50 anos está em contradição aberta com o otimismo dos clássicos e alguns neoclássicos. O mundo dividiu-se definitivamente num centro rico e industrializado e numa periferia pobre, principalmente voltada para a exportação de produtos primários. Durante este século o mercado internacional de produtos agrários e matérias primas perdeu muito do seu dinamismo tradicional. O fato é frequentemente atribuído à mudança que se produziu na liderança da economia mundial. Essa liderança passou da Inglaterra para os Estados Unidos e sabe-se que o desenvolvimento econômico da Inglaterra foi acompanhado de uma crescente abertura para os mercados externos enquanto a expansão dos Estados Unidos apresenta precisamente uma tendência inversa. ¹⁾ Isso, porém, não explica, porque vários países subdesenvolvidos, apesar de terem aumentado consideravelmente o setor externo, não conseguiram um progresso interno comparável. Depois da Segunda Guerra Mundial toda uma série de economistas, como Prebisch, Myrdal, Singer, para citar só os mais conhecidos, interessaram-se por esse problema e chegaram a conclusão de que nas condições atuais, mais do que um fator de progresso, o co-

¹⁾ Em 1820 a Inglaterra teve um coeficiente de comércio exterior igual a 8,5 que passou para 30,0% em 1920. Nos Estados Unidos o coeficiente de comércio exterior era de 9,2% em 1919, mas desceu a 4,1% em 1959.

mércio internacional representa um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento dos países da periferia. "As forças do mercado mostram a tendência de acentuar cumulativamente os desequilíbrios internacionais", escreve Myrdal em 1956 ((28, n. 55)), resumindo assim o pensamento de uma nova escola econômica que hoje se costuma chamar a "escola dos efeitos retardatários" do comércio internacional. Numerosos argumentos tentam justificar a posição crítica desses autores.

Antes de tudo afirma-se que parte importante da renda gerada nos países pobres foi transferida para os países ricos através do mecanismo das relações de troca. Vários estudos, baseados essencialmente em dados estatísticos da Inglaterra, comprovam uma baixa substancial nos preços dos produtos primários em relação aos preços dos manufaturados. Estima-se que um dado volume de exportações primárias adquire hoje apenas 60% dos manufaturados, comprados com o mesmo volume no início do século.

Para os teóricos dos efeitos retardatórios, as causas que levaram à deterioração permanente das relações de troca estão tanto do lado da demanda como do lado da oferta.

Do lado da demanda, lembra-se que a elasticidade-renda dos produtos primários é inferior à dos produtos industriais. O consumo de produtos alimentícios está sujeito à lei de Engel de tal maneira que atualmente a exportação desses produtos é praticamente limitada pelo crescimento demográfico dos países industrializados. A situação das matérias primas é prejudicada pelo aparecimento de produtos sintéticos, enquanto o progresso tecnológico reduz cada vez mais as necessidades de insumos primários por unidade de produtos ((39)).

No que concerne do lado da oferta, os autores dessa corrente não mostram grande entusiasmo pelo conceito da competição perfeita, pressuposto básico da teoria clássica e da teoria neoclássica. Conforme o esquema desses últimos, qualquer aumento

na produtividade deveria necessariamente conduzir a uma diminuição dos preços. Ora, argumenta-se, se tal fosse o caso, as relações de troca seriam atualmente favoráveis aos produtos primários porque a indústria teria um aumento de produtividade bem superior ao que foi atingido pelo setor primário. Porém, na realidade, acontece o contrário. Segundo a explicação dos autores, no mundo industrializado de hoje, os ganhos de produtividade não se transformam mais em redução de preços, pois jamais o fizeram. Boa parte deles é absorvido pela pressão salarial que resulta da organização sindical do mercado de trabalho. O resto se transforma facilmente em maiores lucros pelo simples fato que no mercado dos produtos também predominam elementos monopolísticos ((13)).

Na periferia a situação seria diferente porque a pressão excessiva da oferta de trabalho impede os salários de seguirem os aumentos de produtividade que, em escala menor, são realizados no setor exportador. Da mesma maneira, a ameaça permanente da superprodução e o comportamento imprevisível da demanda internacional não permitem o aproveitamento desses ganhos sob a forma de lucros mais elevados. Por conseguinte, enquanto o centro retém inteiramente os benefícios do seu progresso tecnológico, os países periféricos são forçados a transferir parcialmente os frutos do seu próprio progresso para os países ricos ((33)). O resultado imediato dessas forças contraditórias do mercado internacional é a redução da capacidade para importar dos países periféricos, estrangulando assim as necessidades mais urgentes do processo de desenvolvimento.

A criação de condições favoráveis à entrada de capitais estrangeiros não poderia resolver tal situação. Segundo a teoria dos efeitos retardatórios, o capital estrangeiro é um dos maiores responsáveis pelo desequilíbrio estrutural das economias subdesenvolvidas. Alega-se que na maioria dos casos o investidor es

trangeiro prefere as atividades de exportação e não se preocupa com as necessidades de produção e consumo interno. Além disso, emprega geralmente métodos de produção altamente intensivos de capital, de tal maneira que a renda diretamente gerada em benefício do país onde se localiza é pouco importante, transformando-se a maior parte da remuneração dos fatores em remessa de lucros. Poucando mão-de-obra num sistema de crescente pressão demográfica, o capital estrangeiro tem como efeito reduzir ulteriormente a produtividade já extremamente baixa no setor de subsistência. Não se hesita a imaginar uma situação, onde, do ponto de vista nacional, as perdas induzidas pelo investimento estrangeiro superam os ganhos.

Em breve, conclui-se que o capital estrangeiro e a tecnologia importada tendem sempre a aumentar o desequilíbrio dos fatores e a concentração da renda nas economias subdesenvolvidas. Ora, o efeito de demonstração induz a minoria privilegiada desses países a adotar padrões de consumo dos países altamente desenvolvidos ou a transferir parte importante da sua poupança para o exterior. A formação interna de capital encontra-se assim prejudicada. Mais grave ainda é que a demanda interna, por causa da sua descontinuidade, dificulta qualquer tentativa de quebrar o impasse da dependência externa, enquanto "a substituição das importações tenderá a assumir a forma de fabricação local dos mesmos artigos antes importados para o consumo dos grupos dirigentes e dos proprietários" ((14, p.340))

Assim, temos duas correntes de teorias, uma altamente favorável, outra bastante crítica no que concerne à importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico. É interessante observar exatamente o mesmo dualismo na teoria do crescimento regional.

1.3. Setor externo e crescimento regional

1.3.1. A Teoria de Base Econômica

Um procedimento bastante comum na economia regional consiste em testar a possibilidade de transplantar para o contexto regional teorias anteriormente desenvolvidas a nível nacional. Isto aconteceu também com a famosa teoria das fases sucessivas (stage theory). Por muito tempo acreditava-se que depois de uma fase predominantemente agrária (I), as economias regionais, a exemplo das nacionais, passariam necessariamente por um intensivo processo de industrialização (II) antes de atingir uma fase de crescente participação do setor terciário (III).

Entre os regionalistas, o adversário mais proeminente dessa teoria é o Prof. North ((30)). Segundo êle, a teoria das fases sucessivas não explica, nem descreve o processo de desenvolvimento regional, essencialmente quando se trata de antigas regiões de colonização. No funcionamento de uma economia regional, diz North, o setor mais importante é o setor externo. De uma maneira geral, uma região só se desenvolve quando consegue conquistar mercados externos dinâmicos para produtos que produza com vantagens comparativas. Além de ser a causa básica do desenvolvimento a longo prazo, as exportações determinam também a sensibilidade cíclica das regiões, ocorrendo maiores flutuações nas regiões especializadas em poucos produtos de alta elasticidade-renda. Igualmente considerável é a influência que exercem as exportações sobre a estrutura espacial das economias regionais. O aparecimento de centros nodais é frequentemente ligado às necessidades de processamento e de transporte dos produtos destinados à exportação.

No que concerne a industrialização, ela é para North muito mais uma consequência do que a causa do desenvolvimento regional. Indústrias, cuja localização é orientada pelas matérias primas, fazem geralmente parte do próprio setor exportador. Os

Efeitos para frente e para trás levam à instalação de uma série de empreendimentos que fornecem ou transformam matérias primas para o setor externo. A expansão desse último necessita, outros sim, de várias atividades terciárias, como transporte, comércio, construção, financiamento, armazenagem, etc. Finalmente, novas exportações proporcionam a elevação da renda, e o mercado interno atinge assim, o tamanho que justifique a criação de indústrias essencialmente voltadas para as necessidades de consumo local. Mesmo admitindo que uma região possa atrair certas indústrias não estreitamente ligadas a um determinado lugar ("footless industries"), North não hesita em afirmar que, a nível regional, uma industrialização que não fora o resultado natural do crescimento das exportações, seria nada mais do que um mito perigoso.

Conhecendo profundamente a história econômica regional dos Estados Unidos, North apresenta-se assim como o maior expoente de uma vasta literatura que se chama a teoria da base econômica e que fornece um modelo muito simples para a determinação da renda regional. Nele, as exportações são consideradas como única variável independente. Todos os outros componentes da despesa são tratados como função da renda. Temos assim:

$$Y_i = (E_i - M_i) + X_i \quad 1)$$

onde $E_i = e_i Y_i$, $M_i = m_i Y_i$, $X_i = \bar{X}_i$ (autônoma)

substituindo:

$$Y_i = (e_i Y_i - m_i Y_i) + \bar{X}_i \quad \therefore \quad \frac{Y_i}{X_i} = \frac{1}{1 - e_i + m_i}$$

1) Y_i = renda regional

E_i = total da despesa (consumo + investimento) regional

M_i = importações da região

X_i = exportações da região

A renda regional seria portanto um múltiplo das suas exportações, pelo menos quando a diferença entre a propensão marginal a gastar (e_i) e a propensão marginal a importar (m_i) for menor do que um.

1.3.2. Críticas da Base Econômica

A teoria da Base Econômica é, naturalmente, sujeita a várias críticas. Surpreende em primeiro lugar que, apesar de considerar a demanda externa como fator principal, não especifique as condições estruturais que fazem dessa última um elemento realmente dinâmico. Por outro lado, a importância da oferta é quase completamente negligenciada, excetuando-se uma observação la cônica de North, segundo a qual, as vantagens comparativas de uma região dependem largamente dos esforços realizados para melhorar o sistema de transporte e os métodos de produção. Ora, a análise das funções de produção numa tabela de insumo-produto revela claramente que cada produto tem uma incidência variável sobre as demais atividades do sistema econômico. É um fato bastante pacífico que os efeitos para frente e para trás dos produtos primários são pouco importantes.

Isard ((20)) aliás, insiste na necessidade de construir tabelas interregionais de insumo-produto para poder qualificar com maior realismo o impacto de cada produto exportado sobre as demais atividades localizadas na região.

De resto, não só o multiplicador de tipo Leontief mas também o tradicional de tipo keynesiano varia segundo as circunstâncias. Quando elementos institucionais levam a uma alta concentração da renda, os efeitos induzidos através da demanda final são seriamente comprometidos ((43)).

Além dessas insuficiências técnicas, vários autores contestam o próprio valor explicativo do modelo da base econômica. Tiebout ((45)) afirma que a importância relativa das exportações depen-

de em boa parte da dimensão econômica do sistema em consideração. Quanto maior for uma região, tanto menos importante seria para ela o setor externo. A nível internacional Kuznets ((22)) demonstrou com dados empíricos que o condicionamento pelo comércio exterior é muito mais pronunciado nos países de pequena dimensão. É claro que se tomássemos todo o planeta como uma região, as exportações (inexistentes) não explicam mais nada.

De qualquer forma, não existe razão, segundo Tiebout, de considerar as exportações como única variável independente na determinação da renda regional. Embora as flutuações cíclicas sejam fortemente influenciadas pelo setor externo, no desenvolvimento a longo prazo, outras variáveis como o investimento público e privado podem mostrar um comportamento perfeitamente autônomo. Além desses dois elementos, Richardson ((34)) admite mesmo uma parte autônoma de consumo e constrói um modelo de renda interregional em regiões. Partindo da fórmula tradicional:

$$1) Y_i = C_i + I_i + G_i + X_i - M_i$$

o consumo é determinado por:

$$2) C_i = a_i + c_i Y_i^d \quad \text{onde } Y_i^d = \text{renda disponível}$$

$$c_i = \text{propensão marginal de consumo}$$

Governo e investimento são independentes:

$$3) I_i = \bar{I}_i$$

$$4) G_i = \bar{G}_i$$

As exportações da região i são a soma das importações de todas as outras regiões que estão comerciando com ela:

$$5) X_i = \sum_{j=1} M_{ij} = \sum_{j=1} m_{ij} Y_j^d$$

As importações da região i são naturalmente uma função da sua renda disponível e da propensão marginal a importar.

$$6) M_i = \sum_{j=1} m_{ji} Y_i^d$$

A renda disponível é a renda total menos os impostos (T_i), sendo os impostos uma parte da renda total, determinada pela taxa de tributação (t_i):

$$7) Y_i^d = Y_i - T_i$$

$$8) T_i = t_i Y_i$$

Designando como A_i o total da despesa autônoma:

$$9) A_i = a_i + \bar{I}_i + \bar{G}_i$$

e substituindo as equações 2 a 9 na 1 chega-se à seguinte fórmula de renda regional:

$$10) Y_i = \frac{A_i + \sum_{j=1} m_{ij} Y_j (1 - t_j)}{1 - (c_i - \sum_{j=1} m_{ji}) (1 - t_i)}$$

A renda regional é portanto composta da despesa autônoma mais as exportações vezes o multiplicador

$$K_i = \frac{1}{1 - (c_i - \sum_{j=1} m_{ji}) (1 - t_i)}$$

Nesse caso, o aumento da renda pode ter pelo menos três causas diversas: (a) uma variação na despesa autônoma, (b) a modificação dos parâmetros do modelo (propensão marginal de consumo, taxa de tributação e coeficientes interregionais de comércio) ou (c) um aumento de renda em qualquer uma das outras regiões do sistema.

Para Isard ((20)) essa dependência interregional não só determina o volume mas também a composição qualitativa das exportações de cada região. A teoria dos lugares centrais ((9)) mostrou efetivamente que todo espaço geo-econômico é organizado segundo determinadas leis funcionais. Num território nacional encontra-se uma ordem de cidades e regiões cuja localização e

cujo sistema produtivo corresponde a certas necessidades do sistema global. Em função dessa hierarquia interurbana e interregional se determinam o volume, o tipo e a distância das mercadorias intercambiadas no sistema.

1.3.3. Polarização interregional

Embora sublinhando outros aspectos, Myrdal ((29)), Hirschman ((18)) e Perroux ((32)) colocam-se na mesma perspectiva de interdependência. "Nota-se no funcionamento do comércio a mesma preferência fundamental em favor das regiões mais ricas e progressivas em detrimento das outras" ((29, p.28)), lamenta novamente Myrdal.

Seus efeitos propulsivos e regressivos coincidem largamente com os efeitos "fluentes" e "de polarização" de Hirschman, só que o quadro do segundo é menos sombrio.

Uma vez que o desenvolvimento se firma numa parte do território nacional, diz Hirschman, ele apresentará uma série de repercussões diretas sobre a região atrasada. Entre os efeitos negativos ou de polarização destaca-se o perigo que as atividades fabris e de exportação se contraiam na área deprimida como resultado da concorrência da região progressiva. Portanto, perdem-se fontes de renda na periferia que, ademais, é frequentemente forçada a transferir parte da renda restante para o polo rico. De fato, acontece que barreiras tarifárias protegem indústrias nascentes no polo onde, como centro, a região pobre tem que comprar produtos antes importados do estrangeiro a preços mais baixos. Esse fenômeno se chama comércio triangular e foi identificado por Celso Furtado como maior responsável pelo subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro ((16)). Além disso, a migração interna dos fatores opera também no sentido de reforçar os desequilíbrios espaciais. Como o centro paga à mão-de-obra qualificada salários que exageram consideravelmente as diferenças reais de produtividade, a região atrasada perde sobretudo

seu pessoal qualificado. E o pouco de capital que se forma na parte pobre, procura naturalmente no centro melhores perspectivas de lucro.

Hirschman, contudo, ao contrário de Myrdal, não exclui a possibilidade que a expansão da região rica produza efeitos positivos sobre a economia da região pobre. Esses efeitos "fluentes" aparecem quando a região rica começa a comprar e investir na região pobre e absorve parte do seu desemprego disfarçado. O resultado é tanto mais provável quanto as duas economias sejam complementares. Se, por exemplo, a região rica se especializa em indústria e a periferia na produção primária, a procura expansionista do centro deveria estimular o desenvolvimento da periferia. A baixa elasticidade-renda da oferta periférica poderia incidir favoravelmente sobre as relações de troca entre as duas regiões. Contudo, em face à tendência altista dos preços da periferia, o centro procura em geral substituir os produtos da região pobre por importações estrangeiras mais favoráveis ou por um incremento na sua própria produção primária. Dessa forma, a região pobre fica relegada a um retrocesso ainda pior do que antes. "Pois uma vez que o Norte (região rica) possua em seu âmbito uma área agrícola ampla e produtiva, ou seja capaz de suprir a necessidade de produtos primários pela importação ou através da produção sintética nacional, o Sul (região pobre) ficaria grandemente privado do contato benéfico com o progresso do Norte, embora continue exposto aos efeitos nefastos da polarização." ((Hirschman, 18, p. 189)).

É evidente que nas interrelações entre os dois subsistemas desse tipo, surgem elementos de dominação. Este conceito com os de poder de decisão da região-motriz e empresa-motriz, constituem os elementos chaves da teoria dos polos de F.Perroux. A dominação econômica no espaço significa que as atividades econômicas de uma certa área dependem principalmente de decisões tomadas em outros lugares. São as chamadas regiões-motrizes

que aceleram ou retardam o crescimento de outras regiões. É importante lembrar, porém, que a região de Perroux não se confunde com um espaço vulgar definido pela geografia física ou sócio-política. Atualmente as atividades econômicas desafiam sempre mais as fronteiras impostas pela cartografia tradicional. Isto se deve ao aparecimento de grandes complexos industriais, geralmente indústrias de base, que Perroux chama de 'empresas-motrizes'. O espaço econômico da região é definido como espaço de ação ou campo de forças de uma empresa-motriz, quer dizer, os limites dentro os quais esta última realiza ou projeta seus planos e exerce um poder de polarização. A empresa-motriz caracteriza-se pela propriedade de, mediante o aumento do seu volume de produção e de compra de serviços, aumentar o volume de produção e de compra de serviços de outras indústrias. A influência da grande empresa sobre o meio circunstante manifesta-se em dois processos: a antecipação e a inovação. Antecipando errada ou corretamente a procura futura, uma empresa que, suponhamos, empregue 60% da mão-de-obra de uma região, não só determina o nível de emprego dessa região, mas também a sua despesa de consumo e, por conseguinte, o montante dos investimentos ulteriores. Da mesma maneira ela influencia sobre o destino de todas as empresas ligadas a si mesma por relações interindustriais. Inovando seus métodos de produção, a grande empresa surge como motor de progresso econômico. Ela tem, contudo, certa liberdade na distribuição desses ganhos. Segundo a conjuntura do mercado pode acumular lucros, aumentar salários ou diminuir o preço do produto, na esperança de estimular o consumo intermediário ou final.

É claro que além da vida econômica interna, uma empresa desse tipo determina também os fluxos externos da região. Perroux não recusa inteiramente o conceito das vantagens comparativas. O aparecimento da empresa-motriz introduz, porém, segundo ele, certas consequências específicas que são ilustradas com dois mo

delos hipotéticos. No primeiro se combinam duas regiões das quais cada uma tem a sua empresa-motriz. Se as duas empresas fabricam o mesmo produto, existe uma situação parecida com a do duopólio. As duas empresas podem de fato escolher uma estratégia de luta nos preços e na qualidade ou procurar um entendimento, dividindo-se reciprocamente o mercado com critérios geográficos ou funcionais. Portanto, os termos da troca interregional, os desequilíbrios interregionais e suas correções devem ser analisados "a partir da conduta das duas empresas e não segundo as reações, supostas espontâneas, de empresas sujeitas ao regime da concorrência perfeita" ((32, p.228)). Quando os dois produtos são complementares, produzindo por exemplo a empresa-motriz da região A ferro e a da região B carvão, surge quase inevitavelmente uma luta áspera para a localização da correspondente indústria de transformação (no caso aço). Da escolha definitiva da localização depende em grande parte o crescimento relativo nas duas regiões. Mais do que princípios abstratos de localização industrial, é importante saber quem é admitido ao cálculo, sobre que elementos incide, para qual período é realizado, etc.

No segundo modelo, uma região com empresa-motriz (A) e combinada com uma região sem empresa-motriz (B). Imagine-se que as empresas da região B que conhecem um regime de concorrência 'aproximada' estão interessadas em comprar o produto da grande empresa da região A. Portanto a nova procura total dirigida a essa última aumenta e, mantendo-se constante a curva de custo, a grande empresa vende mais e a um preço mais elevado. Como primeira consequência os preços e os custos das várias firmas clientes da empresa-motriz tendem a elevar-se. Permanecendo idênticas todas as outras condições, a capacidade de exportação dessas empresas para a região B encontra-se enfraquecida. Por outro lado, dada a dimensão relativa dos fluxos da empresa-motriz, a região A pode registrar um excedente líquido de exporta

ção para a região B. Neste caso, aplicando parte dos seus lucros excessivamente altos, a grande empresa pode "conceder à região B empréstimos a longo prazo, que permitirão a esta última importar mais do que o que exporta e eventualmente desenvolve o seu produto real ((32, p. 223)). A empresa-motriz pode também tomar participações em outras empresas da sua região, pressionando-as a aumentar as importações da região B se tal for o seu interesse. Adquirindo participações na região B, ela pode igualmente exercer uma pressão no sentido de desenvolver suas exportações para a região B.

Fenômenos semelhantes produzem-se também no terceiro modelo onde a região A tem uma empresa-motriz da qual a empresa-motriz da região B é praticamente uma filial. Infelizmente Perroux toca o assunto só rapidamente, limitando-se a observar: "Convém ainda compreender como e por que razão o capitalismo concreto origina frequentemente uma situação desta espécie" ((32, p.219)). Cabe contudo a Perroux ter posto um problema cuja importância crescente é confirmada pelos dados. Basta lembrar de fato, que na América Latina em 1966 metade das exportações de manufaturados eram entre subsidiárias. Os incentivos fiscais dos artigos 34/18 favorecem atualmente a difusão do mesmo fenômeno no Nordeste brasileiro. Analisar e explicar cientificamente o comportamento desses novos agentes econômicos que se chamam de empresas pluriterritoriais, seria uma tarefa urgente e importante, que ultrapassa, contudo, os objetivos mais limitados deste trabalho.

CAPÍTULO 2

EXPORTAÇÕES E FORMAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA BAIANA

2.1. Ciclos de exportação

2.1.1. Auge e declínio do açúcar

É claro que a Bahia é antes de tudo uma realidade político-administrativa. Mas, seguindo os critérios de North, ela pode ser definida como um sistema econômico regional organizado em torno de uma base comum de exportações. E essas últimas eram, aliás, a própria razão da sua colonização. Diferente das conquistas espanholas, a descoberta do Brasil inicialmente não revelou as esperadas riquezas de ouro e outros metais preciosos. Para poder defender o imenso território, ambicionado por franceses e ingleses, o pequeno Portugal devia extrair outros recursos da nova colônia. As condições ecológicas da costa Leste favoreciam a cultura da cana de açúcar, produto que na época teve excelentes perspectivas nos mercados europeus. Além disso os portugueses possuíam uma certa experiência técnica e levaram também a mão-de-obra escravista da África. No que concerne capital e serviços de comercialização, os holandeses fizeram desde o início importantes contribuições.

Dessa maneira o primeiro grande ciclo das exportações brasileiras, o do açúcar (1530-1650), se localizou largamente na Bahia e foi quase exclusivamente organizado a partir de Salvador, atual capital do Estado, que naquela época era ainda a capital do país. Durante a anexação de Portugal pela Espanha (1580-1640) e a guerra entre a Espanha e os Países Baixos, a produção açucareira passou inteiramente à direção dos holandeses. Contudo em 1654 esses últimos foram expulsos e se deslocaram para o Norte, onde montaram em grande escala uma indústria concorrente na região do Caribe. Assim o Brasil perdeu seu monopólio e boa parte do mercado europeu, controlado pelos holandeses, sendo o açu

car antilhano também de qualidade superior. Essa queda provocou na economia baiana uma crise grave, acentuada posteriormente pela descoberta de metais preciosos em Minas Gerais. De fato o ciclo de mineração (1700-1780) levou da Bahia "trabalhadores livres e até mestres e leiloou os escravos que já escasseavam" ((1)) encarecendo assim o preço das exportações e das utilidades de consumo local.

2.1.2. As guerras napoleônicas

Só no fim do século 18 a conjuntura internacional mostrava-se novamente favorável às exportações baianas. A guerra de independência americana e a revolução industrial na Inglaterra estimularam em primeiro lugar a exportação de um novo produto: o algodão. Além disso as guerras napoleônicas e subsequentes dificuldades em várias colônias francesas e inglesas aumentaram a demanda externa de vários produtos tradicionais da Bahia. Na recuperação do açúcar e do café um fator importante era a destruição dos cafezais e dos engenhos de açúcar pelos negros sublevados da ilha francesa de Haiti. A Bahia beneficiava-se também da desorganização política e econômica da colônia espanhola de Cuba, um dos mais importantes produtores de açúcar e de fumo. Assim, entre a guerra de independência americana e a própria independência do Brasil, constatou-se na Bahia um período de relativa prosperidade, devido principalmente às condições favoráveis na exportação de algodão, açúcar, café e fumo. Esse último costumava ser empregado como meio de pagamento para os escravos da África que constituíram em si mesmos um grande negócio.

Com a luta da independência, porém, a Bahia entra novamente numa fase difícil, prejudicando os sacrifícios da guerra essencialmente a lavoura da cana e do fumo. No mesmo tempo a conjuntura internacional volta-se desfavorável. O restabelecimento das relações comerciais entre os Estados Unidos e a Inglaterra reduziram sensivelmente as exportações de algodão e fumo. Sob o

bloqueio britânico se desenvolvia na Europa o açúcar de beterra ba que, tendo representado só 4% da produção mundial em 1850, constituia graças a uma forte proteção aduaneira 68% da safra mundial em 1900/1901. Além disso a segunda expansão colonial da Europa assegurava novas fontes de abastecimento em produtos tropicais. O persistente declínio das exportações baianas não se modificou de maneira relevante com a redescoberta de metais preciosos na Chapada Diamantina (1820-1842). A breve febre de mineração terminou bem cedo quando em 1867 foram descobertas as grandes minas de diamante na África do Sul. Os minerais, todavia, conseguiram manter uma certa importância devido as crescentes exportações de carbonados, dos quais a Bahia era quase o único detentor e cuja demanda externa cresceu rapidamente em virtude da perfuração do túnel de São Gonçalo e abertura dos canais de Suez e do Panamá.

2.1.3. O surto do cacau

Só no início do século atual o comércio exterior da Bahia entra numa terceira fase de grande expansão. Coincidiu com o surto do cacau e outro menos considerável, o da borracha. O sertão possuía maniçobeiras e mangabeiras das quais se extraiu precioso leite que, embora inferior ao da seringueira da Amazônia, obtinha preços fabulosos entre 1890 e 1910. A partir de 1910, porém, a borracha baiana caiu rapidamente, não podendo competir com a melhor qualidade da havea oriental.

O cacau surgiu aos poucos, tomando vulto depois de 1890. Em 1838-39 suas exportações representaram apenas 1.000 sacas. Mas só em 1893 se registrou uma exportação superior a 100.000 sacas, atingindo 500.000 sacas em 1911. Em 1905 a Bahia sucedeu ao Equador como maior produtor mundial. Contudo, a partir de 1920 sua participação relativa começou a diminuir, apesar de um aumento constante no volume físico. A liderança mundial passou para Ghana. Vários países africanos estiveram efetivamente em

melhores condições de expandir rapidamente a produção interna em face da crescente demanda mundial. Terras de boa qualidade eram abundantes e o regime africano de propriedade tribal favorecia um aproveitamento melhor. Além de desfrutar de uma posição geográfica mais vantajosa em relação aos centros consumidores, os países africanos começaram também cedo a organizar programas de assistência técnica para o combate às pragas e a melhoria da qualidade. Assim explica-se o fato que, enquanto a América Latina forneceu no fim do século passado quase 85% da produção mundial de cacau, essa percentagem se inverteu em favor do continente africano que hoje participa regularmente com 70% nas vendas mundiais do produto.

Não obstante isso, a Bahia é ainda um dos mais importantes produtores de cacau do mundo. Com 15,5% do total mundial, ela coloca-se em terceiro lugar depois de Ghana e Nigéria. No começo dos anos 50 o cacau era o segundo produto das exportações brasileiras e o valor líquido das suas exportações representou quase 1/6 da renda baiana.

2.2. Sistema primário-exportador

2.2.1. Vários tipos de economias primário-exportadoras

Essa rápida excursão na história econômica da Bahia justifica portanto, a conclusão que ainda em época recente a economia baiana constituía um verdadeiro sistema primário-exportador, que se integrava no contexto brasileiro muito mais através do mercado internacional do que pelas próprias interrelações. Numa economia primário-exportadora a demanda externa não é só uma fonte de renda suplementar. É ela o fator central que determina toda a estrutura interna do sistema nos seus aspectos setoriais, espaciais e sociais. Porém, nem todas as economias de exportação primária apresentam as mesmas características. Uma economia que exporta minérios difere em vários pontos de uma economia especializada na exportação de alimentos ou matérias

primas agrícolas. E a propósito dessa segunda, impõe-se ainda distinguir dois subcasos: o da economia que produz mas parcialmente não consome tais produtos e o da economia que reparte o produto entre exportações e consumo próprio.

Encontra-se a dualidade mais forte nas economias exportadoras de minerais, onde dois setores econômicos coincidem com determinadas áreas geográficas. As atividades de mineração ocupam um espaço reduzido e um pequeno número de mão-de-obra. Mantendo raros contatos com o 'hinterland', vastos setores de subsistência, o setor de exportação tem pouco a ver com o contexto nacional em que se localiza geograficamente. De fato ele vive em simbiose quase perfeita com o mercado internacional, onde a totalidade da sua produção é trocada pelos bens de consumo corrente. Constitue assim um 'posto avançado' das economias desenvolvidas, tanto mais que é frequentemente controlado por grupos estrangeiros.

Nas economias que exportam alimentos de consumo universal, não se pode considerar o setor externo como a variável explicativa de diferenças especiais internas. De fato, as atividades exportadoras e de subsistência coincidem no espaço. Socialmente observa-se em muitos casos uma polarização entre as classes proprietárias, controladoras da produção e a mão-de-obra empregada nos latifúndios que usualmente são de propriedade nacional.

O caso que mais interessa aqui é o terceiro. Nas exportações baianas sempre dominaram alimentos e matérias primas de reduzida utilização local. Estes produtos exigem em geral a cultura de uma área relativamente vasta. São também culturas que empregam um número elevado de mão-de-obra. Essa última, por efeito do excesso demográfico não consegue conquistar elevados padrões salariais. Portanto, em oposição à economia mineira, a estrutura é mais sólida internamente. O setor externo mantém diversas interrelações com o 'hinterland' da vizinhança que gera boa parte da sua oferta alimentar. Essa faixa intermediária

ou de abastecimento, se caracteriza essencialmente pela sua estreita dependência da conjuntura na economia exportadora. "O impacto das alterações providas do mercado externo terá tanto maior difusão quanto maior a proporção da mão-de-obra absorvida pelo setor exportador e quanto maior a vinculação deste com a economia de subsistência" ((7, p.100)). Tal influência opera tanto nas dificuldades quanto na prosperidade das atividades exportadoras. Na fase de expansão o setor de exportação, a fim de aproveitar todos os solos disponíveis, valoriza excessivamente as terras, expulsando assim a economia de subsistência do seu meio. Durante a crise o setor exportador torna-se incapaz de absorver o excedente demográfico do sistema, tanto mais que as atividades econômicas estagnam também, por efeito cumulativo, na zona intermediária. Assim chega-se geralmente a ocupação de um terceiro espaço sob forma de uma mera economia de subsistência onde os fluxos de mercado são quase inexistentes. Esse terceiro subsistema integra-se nos dois outros só na medida em que a sua mão-de-obra serve de 'exército de reserva'. Como no caso da economia mineira, observa-se, portanto, uma perfeita coincidência entre os aspectos setoriais e espaciais, sendo cada atividade limitada a um determinado espaço. O mesmo não se pode dizer das disparidades sociais, mantendo a pressão demográfica uma polarização bastante forte entre os latifundiários e a massa dos lavradores. Daí resulta uma forte concentração da renda que afeta de maneira importante as possibilidades futuras do sistema.

2.2.2 O caso da Bahia

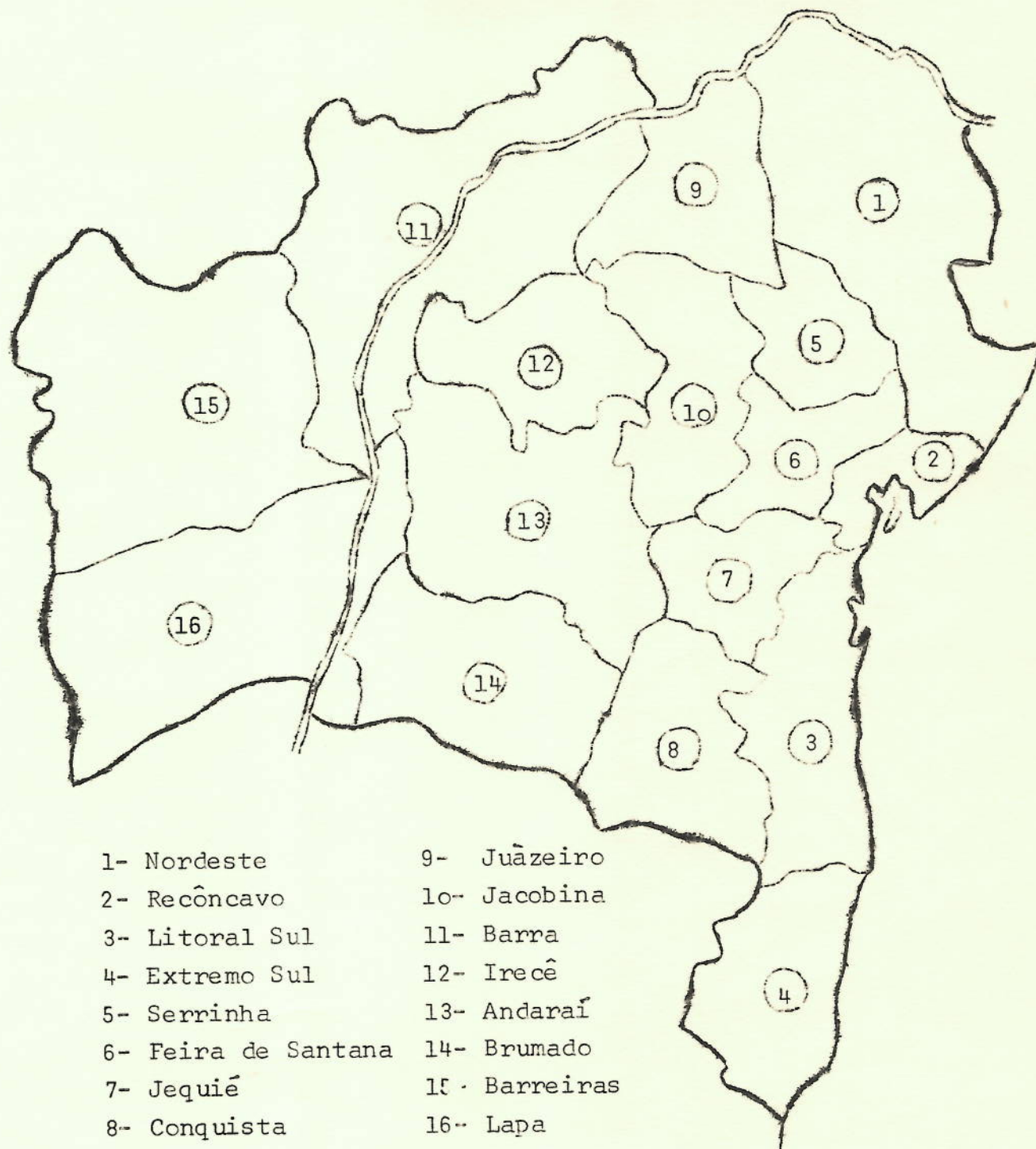
Ainda recentemente a economia baiana combinou perfeitamente as características do dualismo social e da trinomia espaço-setorial. De fato, todas as grandes culturas de exportação localizaram-se na faixa estreita do litoral úmido, que além de facilidades de transporte, oferecia boas condições ecológicas. O latifúndio da cana-de-açúcar se instalou principalmente nos solos

férteis de massapê no Recôncavo. Situado na mesma região, o planalto de Cruz das Almas é uma das áreas mais povoadas da região, onde desde o início nequenos lavradores exploraram o cultivo do fumo. Um clima quente e úmido com uma vegetação florestal que recobre solos espessos, favorecia a expansão da cultura do cacau na faixa meridional. Antigamente quase todo o litoral se destinou exclusivamente aos produtos de exportação. Existia uma velha lei que obrigava os lavradores do Recôncavo a plantar 500 covas de mandioca por escravo, mas provavelmente nunca foi obedecida. No século passado a opinião do Desembargador Brito era largamente difundida segundo a qual essa lei era "um dos exemplos de leis que prejudicam a todos, por ser contrário aos princípios da divisão de trabalho desenvolvidos por Smith" ((citado em (1))).

Por essa razão se estabeleceu no agreste baiano uma agricultura relativamente diversificada que fornecia alimentos e animais de tração ao setor exportador do litoral. Essa zona intermediária que tem ainda entre 800 a 1.500 mm de chuvas por ano, era aproximadamente composta das atuais Micro-Regiões Programa de Serriⁿha, Feira de Santana, Jequié e Conquista. São ainda hoje importantes centros de criação de gado, cultivando também milho, feijão, mandioca, legumes, frutas e alimentos de consumo corrente. Couros e peles são um subproduto da pecuária com o qual a região participava tradicionalmente do comércio internacional e interregional.

A terceira grande região econômica da Bahia, o sertão semi-árido, ocupa mais de 3/5 do território estadual. Nessa vasta extensão de caatinga sempre dominava uma policultura de pura subsistência. Só esporadicamente apareciam alguns produtos de exportação que, além de tantas outras dificuldades, eram fortemente desfavorecidos pela insuficiência do sistema de transporte. Era o caso do algodão, cultivado essencialmente na zona de Brumado, Andaraí e Juazeiro. Nessa mesma zona se localizou tam-

Gráfico 2.I. Estado da Bahia: Divisão em
Micro-Regiões Programa -MRP-



FONTE: Comissão de Planejamento Econômico (CPE), Estado da Bahia

bém o ciclo baiano de mineração, que, como já vimos, não só era breve como também pouco expressivo. Só recentemente desenvolve ram-se em determinadas regiões limítrofes do sertão e da zona intermediária dois produtos que conquistaram certa importância na pauta das exportações baianas. As microregiões de Jacobina e Juazeiro estão atualmente entre os maiores produtores de mamão do mundo. Durante os últimos dois decênios se expandiu em torno de Feira de Santana, Serrinha e Jacobina a cultura do sisal, cujas perspectivas futuras são, contudo, pouco interessantes ((23)).

De qualquer maneira, incluindo as exportações interregionais do petróleo do Recôncavo, ainda hoje mais do que 90% do setor externo da Bahia é gerado no litoral. Considerando por último a dimensão social do sistema, constata-se nitidamente o já referido dualismo. A concentração da propriedade rural é uma das características mais significativas e mais constantes da economia baiana, mostrando até uma certa tendência a agravar-se no tempo, como aparece na tabela 2.A.

Tab. 2.A. Estrutura da propriedade agrícola
na Bahia

	1920	1940	1950	1960
% establ.	10,7	4,8	5,1	4,1
% área	74,6	59,6	61,2	54,1
% establ.	1,65	0,61	0,67	0,45
% área	46,16	31,98	33,59	24,35
=====				

Fonte: Censo Agrícola - 1960

O aparecimento do latifúndio não se explica simplesmente por motivos políticos ou culturais. Sua primeira razão de ser é qua se sempre econômica. Lembre-se que a Bahia foi colonizada para

produzir bens de exportação. Ora seus recursos naturais favoreceriam inicialmente produtos cuja exploração eficiente dava-se sob forma de grandes plantações. A tecnologia existente e as condições da demanda externa impunham às exportações baianas uma função de produção que em primeiro lugar era altamente intensiva de mão-de-obra não qualificada, em segundo lugar apresentava importantes economias de escala, exigindo um tamanho mínimo bastante grande, e finalmente mostrou a tendência de que depois de um nível relativamente baixo de capitalização a produtividade marginal do capital costumava declinar rapidamente. É evidente que, quando numa economia primário-exportadora predomina tal tipo de função de produção, as perspectivas de desenvolvimento induzido são bastante limitadas ((3)).

2.3. Desenvolvimento induzido

2.3.1. Insignificante nas atividades de exportação

Na economia de exportação a demanda externa é naturalmente um fator exógeno, mas custos de produção e de transporte dependem em grande parte das condições internas. Portanto uma região deve continuamente procurar reduzir esses custos, para poder pelo menos recompensar os retornos decrescentes. Isto nem sempre aconteceu na Bahia, onde muitas vezes empregaram-se métodos destruidores que visaram exclusivamente lucros imediatos. Um exemplo é a queima das matas, que alterando clima e solo teve efeitos negativos sobre a capacidade produtiva da agricultura. No século passado, o açúcar que tinha devastado muitas florestas no litoral, conhecia sérios problemas por causa da crescente carestia de madeiras. Frequentemente, apesar de preços favoráveis não se podia mais exportar açúcar porque faltava a lenha para as fornalhas. As caixas que transportaram o açúcar chegaram a preços exorbitantes pela dificuldade e distância das madeiras. Caso análogo deu-se com a antiga lei que proibia a criação de gado nas 10 léguas de baira-mar para não disputar terras à la-

voura da cana. Essa proibição prejudicava consideravelmente a cultura do fumo que precisava de adubo animal.

A confirmação das atividades de exportação no litoral era, aliás, o maior responsável pela deficiência secular do sistema de transporte na Bahia. Embora o Porto de Salvador fosse, depois do Rio, o mais importante do país, a navegação interna se limitou ao Paraguaçu no Recôncavo e ao Jequitinhonha no Sul da Zona Cacaueira. O Rio São Francisco ligava a parte escassamente povoada do Oeste do Estado aos centros econômicos de Minas Gerais. No sertão só existiam algumas precárias estradas coloniais de pequena extensão. A principal saía de Cachoeira para as jazidas de metais preciosos no Norte (Jacobina). A outra era o velho caminho das Minas, conduzindo através de Maracas (Jequié) e Carmité (Brumado) para o Estado de Minas Gerais. Com o surto do algodão no início do século passado começou a construção da estrada Ilhéus-Conquista. A flagrante insuficiência dos meios de transporte contribuía para impedir a criação de um mercado interno. Além disso dificultava o abastecimento do litoral pelo interior, encarecendo assim indiretamente os preços de exportação.

No que concerne as atividades induzidas de comércio, elas beneficiaram muito pouco a Bahia mesma: Depois da Abertura dos Portos (1808) e a abolição do monopólio comercial e industrial da metrópole, afluiram para a Província um grande número de negociantes estrangeiros, essencialmente ingleses mas também franceses e alemães. Na ausência de um sistema de crédito e de armazenagem, a lavoura vivia praticamente na mão desses comerciantes e indiretamente dos importadores estrangeiros que aliás costumaram fazer adiantamentos sob forma de produtos naturais. A instabilidade dos produtos de exportação associava-se a especulação dos comerciantes e importadores estrangeiros, criando assim um clima de insegurança permanente.

2.3.2. Efêmero no setor manufatureiro

Apesar desses fatores negativos, o comércio exterior da Bahia conhecia na primeira metade do século passado uma fase de expansão que provocou em seguida um movimento de industrialização bastante importante. Entre 1830 e 1840 criaram-se cinco fábricas de charutos que substituíram essencialmente antigas importações de La Havana, Gibraltar e Nova York. Em 1856 instalava-se a fábrica de cigarros Leite & Alves, filial do Rio e em 1873 a de charutos Dannemann que exportava boa parte da sua produção para outros estados brasileiros. É, aliás, interessante notar que várias dessas fábricas importaram fumo da Virginia por causa da qualidade insuficiente do fumo local.

Coisa semelhante aconteceu com a nascente indústria têxtil. O sertão de Caitité fornecia mais algodão para Minas Gerais do que para as fábricas do próprio Estado que importaram mais da metade da sua matéria prima. Essas últimas começaram a crescer rapidamente depois que em 1844 o Tratado Inglês foi revogado e se estabeleceu um certo protecionismo em favor da indústria têxtil. Em 1890 há notícia de nove fábricas instaladas na Bahia. Já em 1850 a fábrica de Valença "a mais importante do império, quicã de toda a América do Sul,.. viria a produzir mais de 600 mil varas de pano; começava o fabrico de sacos que ia substituindo as caixas no transporte de açúcar" ((2, p.8)). Em 1891 criou-se a famosa empresa de Luiz Tarquínio que não só utilizava o equipamento mais moderno da época mas realizava também uma das mais avançadas experiências sociais, projetando sob inspiração das idéias socialistas a primeira vila operária.

Em Salvador, Valença e Santo Amaro existiam também fundições de ferro e de cobre que produziam ferramentas para a lavoura e maquinismos para os engenhos e as embarcações a vapor. Tinha também referência à fábrica de cerveja, vinagre, biscoitos, chaféus, mobiliários, telhas e louças. No fim do século passado

contavam-se 123 estabelecimentos industriais na Bahia. Sua produção industrial estava em terceiro lugar entre os Estados da Federação. A estrutura industrial da Bahia era então certamente mais parecida com a dos países europeus e norteamericanos do que ela o é atualmente.

2.3.3. Declínante durante a primeira metade do século XX

Não obstante isso, era ainda um parque modesto que não oferecia grandes perspectivas de desenvolvimento futuro. De fato, limitava-se praticamente à indústria têxtil e outras indústrias diretamente ligadas a matéria prima agrícola, possuindo portanto um poder germinativo pouco interessante. Não era estranha a essa situação a política livre-cambista imposta pela Inglaterra e favorecida pelas idéias acadêmicas da época. Além disso o mercado interno não só era reduzido mas cresceu também muito lentamente. A grande massa da população baiana ficou marginalizada sem condições físicas e mentais de entrar no trabalho industrial. O sistema de transporte continuava deficiente. "Efetivamente, enquanto crescia o parque ferroviário do Sul, sempre fazendo crescer os mercados de consumo, nós nos limitamos a uma estrada de penetração para o São Francisco, uma outra para o sudoeste, e uma que tentava o centro. No mais, ficávamos arranhando o litoral como caranguejos. Enquanto todo o Norte, incluindo a Bahia, possuía, em 1919, cerca de 5.290 km de ferrovias, o nosso Estado possuindo 1.728, o Sul possuía 22.548 km, sendo que São Paulo com 6.615 e Minas com 6.613" ((2, p. 228)).

A responsabilidade dessa situação não cabia exclusivamente aos homens políticos da Província. Com o surto do café, o terceiro grande ciclo das exportações brasileiras (1840-1930), todas as forças dinâmicas do sistema foram drenadas para o Sul. A Bahia nem conseguia fixar os próprios emigrantes europeus que o seu governo financiava e que depois da abolição da escravatura (1888) representaram uma certa esperança para reanimar a economia local.

Já em 1900 o Governo da Província suspendeu a imigração subvencionada " por não compensar as despesas enormes que custava aos cofres estaduais e por não fazer contribuição apreciável as atividades remuneradas" ((2, p.188)). No entanto, o investimento estrangeiro acompanhava o avanço do café para o Oeste, construindo estradas e ferrovias. Os crescentes lucros do café eram melhor distribuídos, fortalecendo assim o mercado interno. Com o benefício de economias de escala, as indústrias sulistas entraram em competição com as locais.

No mesmo tempo a Bahia perdeu boa parte do seu prestígio político tradicional. A eleição de Rodrigues Alves e de Afonso Pena consagraram a ascensão dos cafeicultores ao poder político. O cacau, que teria precisado tanto de assistência técnica, foi esquecido. Suas exportações encontraram-se desfavorecidas pela política de valorização cambial do café.

A revolução de 1930 não mudou significativamente esse quadro. O movimento da nova classe média do Sul não teve muita afinidade com a classe dirigente baiana. Nem a sua política econômica com os interesses da economia local. Em face à crise mundial o presidente Vargas sustentava os preços do café para manter a demanda interna e procurava através de um protecionismo rígido incentivar os investimentos industriais. Os dados estatísticos demonstram que os efeitos dessa política beneficiaram essencialmente ao Sul. No que concerne a Bahia, sua produção industrial que representava ainda 2,8% do total nacional em 1920, caiu a cerca de 1,3% nos censos de 1940 e 1950.

Em conclusão, a função de produção no próprio setor exportador, o pseudo liberalismo imposto pelos países industrializados, a crescente polarização pela economia cafeeira e o subsequente desenvolvimento da região Sul foram as tres causas básicas que impediram as exportações baianas de transformar-se num desenvolvimento auto-sustentado.

CAPÍTULO 3

EXPORTAÇÕES E CRESCIMENTO DA RENDA (1950 - 1969)

3.1. A evolução da renda

O objetivo de qualquer desenvolvimento é o aumento cumulativo e duradouro da renda real per capita. Ora, constata-se que durante os 20 anos em exame a renda real da Bahia aumentou em média de 5,8% por ano. No mesmo período a população baiana cresceu anualmente cerca de 2%. Em consequência o aumento médio da renda per capita está em torno de 3,8% por ano. Esta taxa supera a média nacional que entre 1950 - 1968 era de cerca de 3,15%.

A tabela 3.A mostra, contudo, que a evolução mais rápida da renda baiana se manifestou só a partir de 1957 com uma certa constância. Essa observação é consistente com os resultados que Galvan ((15)) encontrou para o conjunto do Nordeste. A sua análise revela de fato que entre 1947 e 1955 a renda do Nordeste crescia menos que a do resto do Brasil, agravando assim o subdesenvolvimento regional, enquanto a partir de 1955 a taxa de crescimento do Nordeste é superior a do resto da nação o que significa uma redução nas disparidades regionais. Dentro do próprio Nordeste, constata-se que o baiano desfrutou já em 1953 de um padrão de vida superior à média dos nordestinos, tendência que só nos anos 61/64 caiu bruscamente para recuperar-se rapidamente em seguida (cf. tab. 3.A).

Apesar desses aspectos positivos não se deve esquecer que em termos absolutos a renda per capita da Bahia é ainda muito baixa. Representando cerca de 54,5% da média nacional, ela atingiu aproximadamente 175 dólares em 1968, último ano para o qual há dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas. Com isso a Bahia coloca-se apenas ao nível da média nacional da Bolívia. Dos países latino americanos, só o Haiti tem uma renda per capita ainda inferior.

Tab. 3.A.- Situação relativa do Estado da Bahia

	<u>No Brasil</u>		<u>No Nordeste</u>	
	Parte BA na renda bras.	Part. BA na popul.bras.	part. BA na renda NE	Part. BA na popul. NE
1950	3,77%	9,30%	25,8%	26,9%
1951	3,59	9,29	25,5	26,9
1952	3,42	9,26	25,7	26,9
1953	3,59	9,24	28,3	26,9
1954	3,96	9,22	30,6	26,8
1955	3,76	9,20	30,0	26,8
1956	3,75	9,18	28,1	26,8
1957	3,86	9,16	28,4	26,8
1958	4,03	9,09	31,1	26,7
1959	4,17	9,06	30,0	26,7
1960	4,23	8,59	28,7	26,7
1961	3,71	8,37	26,3	26,7
1962	3,66	8,28	24,4	26,6
1963	3,43	8,19	23,5	26,6
1964	3,90	8,10	25,9	26,6
1965	4,10	8,02	27,8	26,5
1966	4,08	7,92	28,5	26,5
1967	4,20	7,82	28,0	26,5
1968	4,21	7,73	29,2	26,4

Fonte: Conjuntura Econômica, set. 1971

Censo Demográfico 1950 -1960 - 1970

Além disso, precisa **relevar** também a forte concentração geográfica da renda no próprio Estado. Estima-se que mais de 70% da renda baiana é gerada no Recôncavo e na Zona Cacaueira que representam 30% da população e apenas 11% do território estadual. Apesar de Hirschman afirmar que no sentido geográfico o desenvolvimento é sempre desequilibrado ((18)), este fato é motivo

de preocupação, ainda mais por que a concentração espacial é acompanhada de uma forte concentração social. Entretanto fica o fato estatístico que durante o período em estudo o poder de compra dos baianos ou a renda real per capita quase duplicou.

3.2. O comportamento do setor externo

3.2.1. Alternativas de crescimento

Quando num sistema econômico aumenta a renda, a procura de produtos manufaturados cresce mais do que proporcionalmente em razão da alta elasticidade-renda desses produtos. Portanto numa economia com produção primária predominante o desenvolvimento assume necessariamente uma das formas seguintes:

- crescimento mais do que proporcional da produção industrial destinada ao mercado interno;
- aumento relativo do setor externo, isto é, elevação dos coeficientes de comércio exterior;
- transferências autônomas de renda sob a forma de investimentos públicos ou privados ou outras transferências do exterior;
- ou uma combinação qualquer das tres formas precedentes.

No caso presente elimina-se logo a primeira alternativa enquanto a produção industrial da Bahia não mudou significativamente sua posição relativa. Em 1950-52 o setor secundário representou em média 9,1% da renda interna, aumentando para 10,8% no triênio 1960-62, mas em 1966-68 a média trienal tinha diminuído novamente para 8,5% (cf. tab. 3.B.).

3.2.2. Coefficiente global das exportações

Aparentemente o setor externo não apresentou maior dinamismo. Quando numa economia em desenvolvimento a oferta interna de pro-

Tab. 3.B. Distribuição da renda por setores

	1950 - 52	1960 - 62	1966 - 68
Primário	40,9%	38,2%	37,5%
Secundário	9,1	10,8	8,5
Terciário	50,0	51,0	54,0

Fonte: Conjuntura Econômica, set. 1971

duto industriais não aumenta de modo relevante, como acaba-se de concluir no caso da Bahia, a procura crescente desse produtos é principalmente satisfeita através de importações. Portanto, para ser o setor externo realmente dinâmico, seria necessário que os coeficientes de exportação aumentassem significativamente no tempo. Chama-se coeficiente de exportação a relação entre o valor das exportações e a renda interna.

Aplicando a esses coeficientes uma regressão linear sobre o tempo de forma

$$Y_z = a + bz + \mu$$

onde Y = coeficiente de exportação

z = tempo

μ = variável estocástica

espera-se conseqüentemente que o parâmetro b tenha um valor positivo e significativamente diverso de zero. Para o coeficiente global das exportações (internacionais e interregionais) o método dos mínimos quadrados dá os seguintes valores estimados:

$$Y_z = 29,11 + 0,14 z$$

$$r^2 = .025$$

$$t = 0,69$$

O teste de Student-Fisher revela que o coeficiente de regressão $b = 0,14$ não é significativamente diverso de zero. Em consequê

cia não se pode afirmar que o total das exportações mostrou uma tendência particularmente dinâmica durante os 20 anos em exame.

Tab. 3.C. Coeficiente de exportação da Bahia

	Coefic. global das exp. BA	Coef. das exp. internacionais	Coef. das exp. interregionais
1950	34,69	23,61	11,08
1951	31,53	19,32	12,21
1952	25,18	14,94	10,24
1953	21,80	16,81	4,99
1954	25,15	24,84	10,31
1955	21,33	21,25	10,11
1956	27,07	15,67	11,40
1957	25,22	14,07	11,15
1958	21,18	18,43	10,75
1959	21,82	18,25	9,57
1960	30,43	16,64	13,79
1961	42,71	20,71	22,00
1962	32,39	13,96	18,43
1963	31,75	15,50	15,50
1964	29,76	12,98	16,78
1965	33,79	12,44	21,35
1966	33,77	14,97	18,80
1967	26,41	13,29	13,12
1968	24,43	10,93	13,49
1969 ¹⁾	37,38	19,05	18,33

1) A Renda de 1969 foi estimada

Fonte: Departamento Estadual de Estatística (DEE)
Conjuntura Econômica (FGV)

3.2.3. Comparações interregionais

Talvez isso não seja necessariamente um ponto negativo, enquanto se possa alegar que a Bahia é já excessivamente dependente do exterior e que um aumento dos coeficientes de exportação serviria só para acentuar ulteriormente a distribuição antieconômica dos recursos produtivos. Esse problema é naturalmente ligado à complexos fatores estruturais, que serão abordados mais tarde, parcialmente pelo menos. Entretanto, é conveniente fazer a esse respeito algumas comparações interregionais com outros Estados da Federação.

A tabela 3.D. mostra que o coeficiente baiano das exportações é bastante baixo em comparação com o de outros Estados brasileiros. Mais interessante ainda, é que no Brasil aparentemente altos coeficientes de exportação tendem a associar-se com altos níveis de renda per capita. De fato, calculando uma correlação por posto entre as duas variáveis, encontra-se para o coeficiente de Spearman um valor igual a .451 que é significativo ao nível de 0,05. Reconhece-se que esse coeficiente provavelmente não tinha toda a pureza desejável, enquanto foi calculado sobre os dados de um único ano (1968) e é conhecido que as exportações de certos Estados brasileiros são expostas a fortes movimentos cíclicos. Para eliminar pelo menos uma parte desses efeitos conjunturais, repete-se a correlação com os coeficientes de comércio exterior (cf. nota 2, p. 38) que incluem as importações. Ora, esse segundo coeficiente de Spearman é ainda mais forte (.487). O que significa isso?

No mínimo pode-se afirmar que a famosa lei da importância decrescente do comércio exterior não é confirmada pelas relações internacionais e interregionais dos Estados brasileiros. Sombart formulou essa lei, visando principalmente o comércio internacional e argumentando que durante o processo de desenvolvimento a importância relativa do comércio exterior diminui. Segun-

Tab. 3.D. População, renda per capita e coeficientes de comércio exterior nos Estados da Federação

<u>1968</u>	A	B	C	D 1)
	Pop. em milhares	Renda per capita Cr\$	Coef. de export.	Coef. de Comércio exterior
Amazonas	903	587	30,1	47,8
Pará	1 929	571	25,9	34,3
Maranhão	3 461	240	13,8	21,3
Piauí	1 414	276	9,8	23,5
Ceará	3 838	440	18,9	29,2
R.G. do Norte	1 291	521	16,9	27,0
Paraíba	2 253	360	25,3	33,4
Pernambuco	4 731	562	41,7	46,4
Alagoas	1 400	407	41,4	44,3
Sergipe	851	458	14,2	37,1
Bahia	6 915	479	24,4	27,6
Minas Gerais 2)	11 480	685	-	-
Espirito Santo 2)	1 491	678	-	-
Rio de Janeiro	4 506	845	13,4	31,6
Guanabara	4 132	2 184	51,6	57,1
São Paulo	16 624	1 664	48,2	36,8
Paraná	7 217	667	64,6	51,2
Santa Catarina	2 706	767	31,8	36,2
R.G. do Sul	6 561	1 024	18,2	25,0
Mato Grosso	1 364	556	22,7	32,4
Goiás + D.F. 2)	3 108	581	-	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Anuário Estatístico do Brasil

1) Coef. de comércio exterior

= $\frac{\text{Exp. internacionais} + \text{interreg.} + \text{Imp. Internac} + \text{interreg.}}{2}$

2) Não se calcularam os coeficientes do setor externo de Minas Gerais, Espirito Santo, Goiás e Distrito Federal, por serem os dados visivelmente distorcidos.

do Sombart o declínio seria provocado pela crescente participação do setor terciário na formação do produto interno porque os serviços são caracterizados por uma alta elasticidade-renda. Ora, grande parte desses serviços não possuem, por várias razões, a mobilidade geográfica das mercadorias e entram portanto dificilmente no comércio internacional. Neste caso a percentagem do comércio exterior sobre a renda interna teria naturalmente uma tendência a declinar. Atualmente, porém, observa-se maior expansão do comércio internacional entre os países mais ricos do mundo. A respeito da situação brasileira há tres outras observações a fazer:

- em primeiro lugar o crescimento rápido do seu setor terciário tem pouco a ver com a elasticidade-renda;
- em segundo lugar é claro que no comércio interregional os serviços circulam com maior facilidade, tendo portanto a lei de Sombart menor incidência sobre a determinação dos fluxos interregionais;
- em terceiro lugar, a conjuntura econômica atual favorece o setor externo das regiões mais desenvolvidas. Depois da substituição das importações, o novo modelo econômico do Brasil procura essencialmente a aumentar as exportações não-tradicionais a nível internacional. A promoção dessas exportações estimula logicamente o setor internacional das regiões mais progressivas. No mesmo tempo, a integração econômica nacional (Nordeste, Transamazônica) intensifica os fluxos interregionais, que pelo menos na fase atual, beneficiam também as regiões desenvolvidas, porque são capazes de fornecer o equipamento necessário.

Aí aparece, quanto é difícil de distinguir a causa do efeito. É o comércio que proporciona a elevação da renda ou são altos ní-

veis de renda que levam a um aumento no comércio exterior? Uma resposta a essa pergunta provavelmente não existe porque a causalidade é realmente circular.

Os coeficientes de exportação da tabela 3.D. prestam-se a uma outra análise interessante. No capítulo 2 foram mencionados vários críticos da teoria da base econômica que contestaram o valor explicativo do setor externo, porque ele mesmo seria uma função decrescente da dimensão econômica do sistema. Quanto maior a região, tanto menor a importância relativa das exportações. Aparentemente as economias estaduais do Brasil contradizem também essa teoria. Tomando a população como indicador da dimensão econômica relacionam-se na tabela 3.D. altos números de população com baixos coeficientes de exportação. Resulta um coeficiente de Spearman igual a -0.36 que não é significativo ao nível de $0,05$. Contudo o seu valor negativo e relativamente alto indica que no Brasil temos vários Estados grandes que são mais dependentes das exportações do que certos pequenos. Nota-se, porém, que com o cálculo dos coeficientes de comércio exterior (coluna D, tab. 3.D.), o valor do Spearman cai a -0.02 . De qualquer maneira confirma os resultados do primeiro teste. Seria portanto o tamanho econômico indiferente à abertura versus o exterior de um sistema?

Difícilmente poder-se-ia justificar uma conclusão desse tipo. Em qualquer hierarquia interregional e internacional com o aumento do espaço aumenta-se também a autosuficiência, porque são produzidos localmente até os bens caracterizados por grandes economias de escala e baixos custos de transporte. É isso uma tendência natural que resiste a qualquer lógica. O que o resultado pode sugerir é que essa lei opera só dentro de certos limites bastante importantes. Os 18 Estados considerados no teste incluem efetivamente tamanhos sensivelmente diferentes. Em torno de um tamanho médio de 4.005 milhares de habitantes observa-se um desvio-padrão de 3.668 milhares de habitantes.

Termina assim a breve excursão no comércio exterior de outros Estados brasileiros que serviu essencialmente para demonstrar que em si o coeficiente de exportação da Bahia não pode ser considerado como excessivamente alto. É sempre possível, contudo, que ele tenha chegado a um ponto de saturação por fatores da sua própria estrutura interna. O assunto será tratado nos capítulos seguintes.

3.2.4. Exportações internacionais versus exportações interregionais

Aqui procede-se agora a divisão das exportações baianas em exportações internacionais e interregionais. Tal desagregação revela efetivamente um fato interessante. Para os coeficientes internacionais (cf. tab. 3.C.) chega-se à seguinte linha de regressão sobre o tempo:

$$Y_z = 20,71 - 0,36 z$$

$$r^2 = .310$$

$$t = 2,84$$

Por outro lado, a regressão dos coeficientes interregionais tem os seguintes valores estimados:

$$Y_z = 7,65 + 0,5 z$$

$$r^2 = .435$$

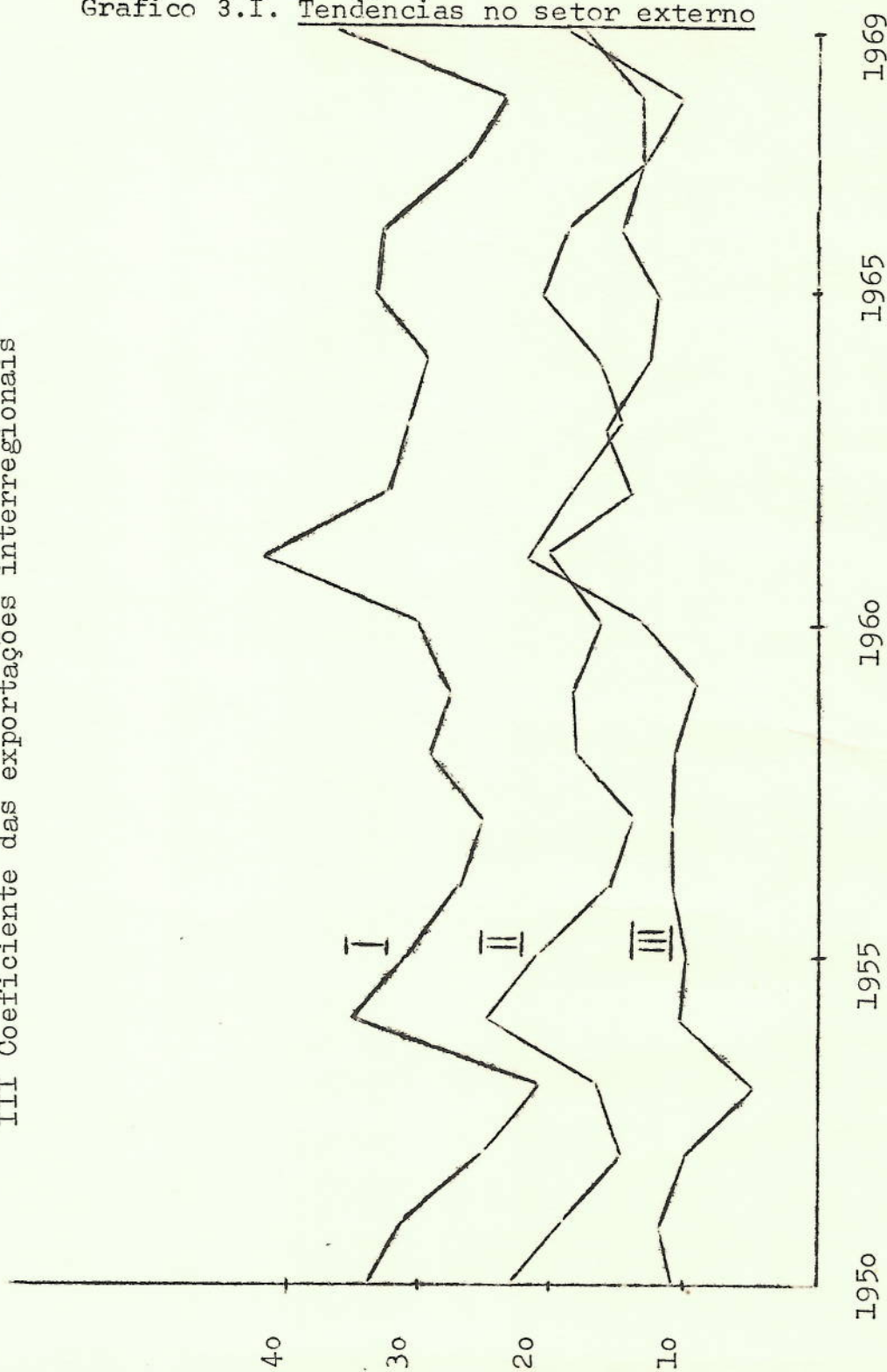
$$t = 3,70$$

O test de Student-Fisher mostra uma alta significatividade para os dois coeficientes de regressão (99%). Ora, o coeficiente de regressão das exportações internacionais é negativo. Isto significa que a importância relativa do setor internacional para a economia baiana está declinando. Para as exportações interregionais constata-se um coeficiente de regressão positivo e bastante alto. Portanto essas últimas aumentaram mais rapidamente do que a renda, até que em termos absolutos elas superam hoje o va

lor das exportações internacionais, enquanto no começo dos anos 50 elas representaram apenas a metade do dito valor.

Gráfico 3.I. Tendências no setor externo

- I Coeficiente global das exportações
- II Coeficiente das exportações internacionais
- III Coeficiente das exportações interregionais



O dinamismo das exportações interregionais precisa, contudo, de uma especificação. Observa-se de fato que sua importância crescente é principalmente devida ao aumento das exportações de petróleo e derivados. Esses últimos representaram apenas 2,6% entre 1950-1955, para aumentar na década de 60 a uma média de 63,1% do total das exportações interregionais. Ora, o petróleo é monopólio federal e em princípio a receita das suas vendas não tem nada a ver com o Estado da Bahia. Seria portanto interessante saber, como cresceram as exportações interregionais sem considerar o petróleo. Corrigindo os coeficientes de exportação interregional (Y_e) nesse sentido, chega-se à seguinte linha de regressão sobre o tempo:

$$Y_{e,z} = 9,15 - 0,15 z$$

$$r^2 = .22$$

$$t = .72$$

Embora negativo, o parâmetro de z não é significativamente diverso de zero. Por consequência, eliminado o petróleo, as exportações interregionais da Bahia acompanharam mais ou menos o ritmo de crescimento da sua renda. Desde agora pode-se concluir que durante as últimas duas décadas a economia baiana modificou suas relações externas no sentido de intensificar suas vinculações com o resto do país de maneira que o mercado nacional constitui um elemento sempre mais importante para o seu desenvolvimento.

Por outro lado é claro que a Petrobrás não opera num vácuo sem qualquer incidência sobre a economia regional. Admite-se geralmente que ela gera renda na Bahia, enquanto paga salários, efetua compras locais, constroee estradas e paga royalties ao Estado e aos municípios. Quando as exportações de petróleo e derivados são substituídos pelo valor dessa renda, chamada de "custeio e investimento da Petrobrás na Bahia" (cf. tab. 3.F.) a no